

LITERATURA SEM *TOILETTE* GRAMATICAL OU BRINDES DE SOBREMESA

A ESCRITA DE LIMA BARRETO EM DEFESA DA IDENTIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

*Lúcia Maria de Assis*¹³

*Luciana Marino do Nascimento*¹⁴

*Janete Silva dos Santos*¹⁵

RESUMO

Este capítulo descreve como a obra de Lima Barreto colabora para a consolidação de uma língua portuguesa do Brasil. Para atingir esse objetivo, tomando como base a História das Ideias Linguísticas, recorta a discussão sobre a língua do Brasil a partir do século XIX, analisa o papel da crônica na literatura de Lima Barreto e, por último, apresenta uma seleção de crônicas em que o tema abordado, invariavelmente e sob diferentes formas, percorre a questão linguística. Ao identificar em Lima Barreto um escritor atual e como o conjunto de

¹³ Doutora em Linguística pela USP. Professora Associada na Universidade Federal Fluminense. Fez estágio pós-doutoral no PPGL/UFT e no PIPGLA/UFRJ. E-mail: luciaassis@id.uff.br.

¹⁴ Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Professora Associada na Universidade Federal do Acre. Atualmente, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. E-mail: zensansara@bol.com.br.

¹⁵ Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professora Associada da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFNT. E-mail: janetesantos@mail.uft.edu.br.

temas abordado em sua obra toca de perto a constituição da identidade brasileira, espera-se demonstrar que o referido literato pode estar presente em aulas de diferentes anos de escolaridade.

Palavras-chave: Lima Barreto; Língua Portuguesa do Brasil; Crônica.

INTRODUÇÃO

A construção identitária dos sujeitos se dá na relação com o outro através da linguagem, razão pela qual as atividades humanas, mediadas pelas trocas verbais, implicam apropriação e utilização da língua que constitui os sujeitos. Nesse sentido, Bakhtin (1997) vê a língua como base do que chama de *enunciados concretos*, ou gêneros do discurso, destacando que ela, a língua, “penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (p. 282). Tais gêneros são produzidos e disseminados nas esferas pelas quais os sujeitos interagem. Como discurso, o texto literário não apenas se beneficia de uma língua para se materializar, mas também a renova, transforma, recria, impactando o repertório linguístico do grupo que o produz, sustenta e dissemina.

Assim, ao pensar no trabalho com literatura em sala de aula, é necessário refletir sobre a necessidade de descobrir na literatura as possibilidades de se resistir à coisificação, de compreender outras formas de organizar o mundo e de se relacionar com as outras pessoas. No dizer de Brait (2003),

a literatura, naturalmente, é uma das possibilidades de exploração e utilização da língua, das palavras para uma diversidade de fins, de propósitos, os quais as teorias literárias e as teorias linguísticas têm contribuído decisivamente para caracterizar, pontuando as mudanças de acordo com os diferentes momentos históricos, com os diferentes povos, com as diferentes línguas, sempre apontando para essa marca da natureza humana que é o fazer literário... fazer em que a língua é utilizada para expressar e justificar a existência humana (BRAIT, 2003, p. 19).

Além disso, nesse tipo de trabalho é importante levar o aluno a compreender que o discurso literário, espaço complexo dos processos de subjetivação provenientes da instância autoral (NASCIMENTO; TOMAZI E SODRÉ, 2015), agrupa um conjunto de fenômenos socioculturais de diferentes épocas e lugares que, na maioria das vezes, pode também representar anseios do nosso tempo. Ou seja, os textos literários não representam a história de um passado, mas se relacionam diretamente com o tempo e a sociedade atuais.

É nesse sentido que não é suficiente levar diferentes textos literários para a sala de aula. É necessário trabalhar a compreensão de que tais textos apresentam,

em seu projeto de criação e em sua materialidade linguística, além de intertextos da própria tradição literária, contextos, discursos e posicionamentos. É preciso que os alunos se apropriem da noção de que a literatura “pode revelar, tematicamente, interessantes aspectos da língua, de sua forma de organização, de seus misteriosos laços com a vida e com os falantes” (BRAIT, 2003, p. 21).

Pensando nisso, apresenta-se, aqui, uma análise das crônicas de Lima Barreto, literato carioca, pobre, negro, suburbano, do início do século XX. Além de seus predicados físicos e sociais, Lima também foi um crítico mordaz à sociedade brasileira, pois a considerava elitista, conservadora e racista. Em seus romances, crônicas, contos e sátiras, o literato acusava o país de tentar se moldar à moda europeia na língua, na arquitetura, nas vestes, nos costumes enfim; negando, com isso, uma identidade realmente brasileira. Tudo isso colaborou para que, em vida, seu trabalho literário não fosse recebido como esperava. Postumamente, no entanto, Lima Barreto foi reconhecido como uma voz dissonante que muito colaborou para a construção das ideias linguísticas no Brasil e para a construção da identidade e da cidadania brasileiras.

Ao lançar mão das crônicas barretianas, objetiva-se analisar como a obra do literato colabora para a consolidação de uma língua portuguesa do Brasil. Para proceder a essa análise, assumem-se os pressupostos da História das Ideias Linguísticas, a partir dos quais busca-se situar a questão da língua, iniciando-se no século XIX, momento anterior ao literato. De acordo com Guimarães e Orlandi (1996, p. 9), “tratar as ideias linguísticas é tratar a questão da língua e sua relação com a história do povo que a fala”. Assim, pode-se afirmar que não é possível tratar de ideias sem tratar de história e, de certa forma, sem tratar da língua, pois é ela que significa essa história.

Em seguida, descreve-se o Lima Barreto cronista, não deixando de lembrar, entretanto, que a obra limana é composta por diferentes gêneros, sobre os quais o escritor se debruçou com maestria: crônicas, contos, romances etc. Por último, apresenta-se uma seleção de crônicas em que o tema abordado, invariavelmente e sob diferentes formas, percorre a questão linguística: ora o autor critica o uso artificial da língua, quando se aproxima da modalidade empregada pelo colonizador; ora se volta contra seu caráter elitista, que divide o país entre os brasileiros que dominam e os que não têm conhecimento da modalidade culta e pouco representativa daquela que o povo realmente usa. Mostra ainda que, na obra limana, ocorre uma manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, uma vez que a crítica ao tratamento marginalizador imposto pelo uso linguístico

também se manifesta na maneira como o literato escreve, o que, por vezes, fez com que fosse tachado de “mal escritor”. É sobre isso que se lê a seguir.

IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Embora, às vezes, possamos não nos dar conta, existe uma forte relação entre língua e nação, língua e nacionalidade, língua e identidade. De acordo com Bisinoto (2006, p. 82), “a associação da identidade linguística à noção de nacionalidade não foi historicamente pacífica” já que a relação entre língua e nação/nacionalidade é mais complexa do que simplesmente ser falante nativo. Na verdade, essa consideração envolve questões políticas, econômicas, administrativas e até tecnológicas.

No Brasil, apesar da construção da identidade sofrer influência da ideologia europeia, a constituição da língua impunha diferenças. Como aqui não havia tradição cultural, um dos problemas na formação da identidade era a necessidade de eliminar a ideia de que a língua empregada não passava de um dialeto da de Portugal, uma vez que a nacionalidade dependia da construção de uma língua que fosse nacional ou, no dizer de Mariuzzo, a língua da nação, aquela que pretensamente une a todos sob uma mesma cultura. Sendo assim, pode-se afirmar que a constituição de uma língua brasileira estava diretamente relacionada à formação do Estado brasileiro.

Nessa tentativa de reconhecimento, o século XIX, no Brasil, foi marcado por uma intensa produção intelectual que visava demonstrar que a língua falada e escrita aqui era diferente, apesar de ainda não ser considerada a língua nacional, ou seja, de uso oficial e da administração pública – a institucionalizada.

Para Mariani (2004), a não institucionalização da língua do Brasil é consequência da constituição do sujeito (brasileiro) em relação com a própria língua. Esse sujeito esbarra no eurocentrismo do colonizador que se impõe “com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo a memória do colonizador sobre sua própria história e sobre sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 10). Ocorre, assim, uma tentativa de aprisionamento do português brasileiro nas grades modelizantes da língua imaginária, vinculada a uma memória de língua de conquistas e de correção gramatical.

Segundo os estudos de Faraco, a constituição da língua portuguesa do Brasil deu-se sobre uma enorme distância entre a modalidade culta e a cultuada, ou “entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita” (FARACO, 2002, p. 23). Por isso, mesmo no século

XIX, quando o Brasil se torna independente, a língua caminha em direção a um padrão lusitano em vez de ir em direção à construção de uma identidade nacional que privilegie as características diferenciadoras da nação.

Essa aproximação com o colonizador fazia parte do projeto político da elite brasileira da época que pretendia construir uma nação branca e europeizada. Na verdade, defendia-se que, apesar de independente, o Brasil não deveria deixar de ser europeu, o que justificava a necessidade de cultivar e manter o que representava a superioridade cultural e o índice de civilização: a língua do colonizador. Para os puristas, representantes da elite conservadora, a pureza da língua dada pelos portugueses deveria ser preservada.

Note-se, então, que a discussão girava em torno da norma culta, uma norma “impressa de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças” (PAGOTTO, 1998, p. 50 e 51). Dessa forma, a constituição de uma norma culta no/do Brasil seria fruto de um trabalho discursivo executado por gramáticos, jornalistas e escritores que construiriam os significados que hoje atribuímos às formas escritas. Em outras palavras, tratava-se de um processo histórico de modelação de uma sociedade em que a elite implantaria e procuraria manter sua estrutura de dominação. Como essa dominação passava pelos usos linguísticos, ainda tínhamos uma norma culta distante do português brasileiro, mas extremamente próxima do português europeu. Isso ocorria porque, para uma grande mudança, era necessário romper politicamente com a Europa e constituir uma elite à imagem e semelhança da nação brasileira. Entretanto não era esse o desejo.

Pagotto (1998) argumenta que, “num país em que se estrutura o Estado, uma dada nação começa a ser construída a partir da busca de identidades. Nessa busca, a literatura desempenha um papel fundamental, pois é o que pode materializar uma identidade cultural que as elites almejam” (PAGOTTO, 1998, p. 55). Sendo assim, a afirmação de uma literatura brasileira independente seria fundamental para a constituição do Brasil como nação, pois afirmaria a autonomia e a consequente identidade cultural. Por outro lado, conforme expõe Pagotto (2001), admitir a existência de uma língua literária brasileira significava admitir, como língua, o que era a fala de ignorantes, uma vez que aqui não havia tradição cultural, mas um baixo índice de pessoas alfabetizadas e cultas.

Diante dessas questões, o século termina ainda com uma grande corrente purista, que considerava afirmar o português do Brasil o mesmo que nivelar por baixo. Desse modo, perdurou a norma culta portuguesa, ensinada apenas a quem tinha rigorosa educação, garantindo o processo de exclusão, que não se deu

somente a partir de uma relação subjetiva e natural das formas linguísticas com determinados grupos dominantes, mas também pela promoção de determinadas formas do aparelho ideológico do estado. “A exclusão contou com um laborioso trabalho discursivo em que uma identidade com o português de Portugal foi cuidadosamente construída” (PAGOTTO, 1998, p. 67).

Como se viu, a discussão sobre o papel da língua no Brasil teve seu início no primeiro quartel do século XIX, não configurando, entretanto, um problema linguístico de grande interesse. Na metade do século, no entanto, a questão ganhou status de interesse nacional, uma vez que principiaram as afirmações de que o Português do Brasil era uma língua diferenciada. Naquele momento, ascendeu uma força conservadora que defendia a pureza de estilo como manejo de formas vernáculas legítimas que fossem de uso corrente e também sancionadas pelos clássicos e pelo consenso dos literatos. No final do século, a discussão alcançou o patamar da língua nacional em todas as instâncias, não exclusivamente a literária. Entretanto, somente no início do século XX, ocorreu a superação da polêmica noção de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa e, secundariamente, a consciência do caráter social de algumas variantes linguísticas, conforme afirma Pimentel Pinto (1978).

É exatamente no primeiro quartel do século XX, que um autor marginalizado por sua origem e por sua escrita tematiza essa questão em inúmeras crônicas publicadas nos jornais da época: Lima Barreto.

A crônica de Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto era mestiço, filho de um tipógrafo e de uma professora, que morreu quando ele tinha apenas seis anos. Cursou, parcialmente, engenharia na Escola Politécnica e, ainda estudante, começou a publicar seus textos em pequenos jornais e revistas estudantis. Com o agravamento do estado de saúde de seu pai, que sofria de problemas mentais, abandonou a faculdade e passou a trabalhar na Secretaria de Guerra, ocupando um cargo burocrático – amanuense. Como escritor, militou na imprensa lutando contra as injustiças sociais e os preconceitos de raça, de que ele próprio era vítima. Batalhou por sua geração, criou lugares alternativos para si e para seus colegas e se opôs, sempre que possível, aos literatos mais estabelecidos nas instituições prestigiosas da época (SCHWARCZ, 2017). Para isso, escreveu contos, romances, sátiras, crônicas.

Apesar de a crônica ser o gênero literário menos estudado da obra barretiana, sua análise é indispensável, pois foi o que mais funcionou como instrumento direto do posicionamento explícito do autor ante a realidade (CURY, 1981). Essa

explicitude devia-se principalmente a dois motivos: o gênero não sofria imposições de editores e atingia mais diretamente a camada popular cuja visão e defesa Lima Barreto procurou assumir. Osman Lins (1976, p. 12) afirma que, em suas crônicas emerge a “concepção da língua que, sem renegar a tradição, é aberta à enérgica contribuição popular, em harmonia com o interesse que demonstra pela gente obscura”. Já Resende (1993) observa que nelas estão presentes a busca pela reprodução do específico de cada linguagem e a recusa da linguagem ornamental no jornalismo e na literatura. Lima Barreto faz de sua crônica, portanto, um espaço de emissão da palavra que procura tornar pública a opinião partilhada com as pessoas comuns, aquelas que o literato desejava que se tornassem seus leitores.

Para isso, escreve crônicas críticas, construídas com elementos ficcionais e recursos narrativos com diálogos dramáticos. Por outro lado, essa construção é quebrada pela ironia e por uma linguagem não ornamental, mais próxima à linguagem do leitor não necessariamente culto. Tudo em busca de maior cumplicidade e em defesa de um uso linguístico que represente o real cidadão brasileiro, pois,

num país onde a letra, a linguagem, funciona como alavanca social, condição de respeitabilidade pública e de incorporação ao poder, a linguagem do intelectual precisa se fazer específica. Do ponto de vista da observação linguística, é curioso observarmos como, neste momento de construção da modernidade, se evidenciam duas possibilidades de utilização da língua: uma de aparato – a dos doutores, a ser usada publicamente, e outra popular e cotidiana. Daí a importância da opção por uma dicção próxima do modelo popular dos folhetins nos contos e romances de Lima Barreto, dicção que se acentua nas crônicas, buscando aproximar-se dos leitores (RESENDE, 1993, p. 116)

Assim, Lima Barreto utiliza a crônica para defender uma literatura militante, uma vez que, para ele:

Literatura não era apenas expressão, mas sobretudo comunicação, e comunicação militante [...] em que o autor engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover. A escrita é para ele, antes de tudo, um instrumento. [...] o encargo que ela assume não é o de renovar a língua e sim o de retemperá-la (LINS, 1976, p. 81).

Esse “retemperar” parece ser definido como o emprego de uma linguagem que seria compreendida pela parte da população brasileira que, naquele momento, não conseguia enxergar sua identidade, sua cidadania. E é justamente a questão da cidadania que se pode observar invariavelmente contemplada nas crônicas barretianas, quando o literato critica o uso e o abuso do poder pelos dirigentes, os

processos de exclusão e a violência a que a população estava submetida. Assim, como escritor e intelectual, procurava resgatar a identidade de uma cidadania em processo de dilaceração, constatando que as questões cultural e linguística são primordiais na construção da identidade.

OS TEMAS NA CRÔNICA BARRETIANA¹⁶

Apesar de utilizar as notícias do jornal e os fatos ocorridos na vida carioca e brasileira para criar suas crônicas, alguns temas são mais recorrentes em Lima Barreto, pois manifestam sua crítica em relação à realidade vivida. Entre eles, podem-se citar a língua, as modificações no espaço urbano, a extremada importância do título de doutor, a qualidade e o papel da educação pública, o preconceito racial, o papel da mulher.

Na visão de Freire (2005, p. 115),

ao se considerar os temas e preocupações voltados para o Brasil, presentes na obra do escritor, percebe-se a atualidade de suas ideias. A maior parte dos problemas apontados continua atualíssima, basta citar a situação da mulher e a discriminação racial. Para não dizer, ainda, o imperialismo econômico e a prepotência norte-americana.

Aqui, elege-se a discussão sobre os usos linguísticos no Brasil, ou seja, a língua portuguesa do Brasil que deveria, segundo Lima Barreto, representar o povo que a fala, uma vez que funciona como um traço de identidade. Em outras palavras, é a língua como uma das manifestações culturais que fundamentam a identidade de um povo e como um elemento essencial na construção da subjetividade que é reiteradamente reclamada pelo cronista e analisada neste artigo.

O conjunto das crônicas limanas citadas neste trabalho demonstra uma maneira muito especial de articular língua, literatura, cultura e vida, abordando diretamente a questão da identidade linguística brasileira. Apropriando-se da fala de Brait (2003), pode-se dizer que “as particularidades linguísticas não são mostradas enquanto exotismos... mas como condição de transformação e de exposição das marcas de uma identidade nacional” (BRAIT, 2003, p. 18).

A LÍNGUA COMO TEMA NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO

A respeito da língua portuguesa como representação da identidade brasileira, desde o século XIX, alguns intelectuais sentiam-se responsáveis pela

¹⁶ As crônicas analisadas neste capítulo constam em: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto. Toda crônica*. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

tarefa de criação da nação e, para tanto, envolviam-se em discussões em torno da constituição da nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão muito importante no estabelecimento da diferença, da busca pela originalidade e do desejo de autonomia que se contrapunha aos interesses da mãe-pátria. Essa mesma escrita que pretendia dar uma feição de nação ao Brasil era fonte de marginalização entre os brasileiros, pois, monopólio de poucos, servia para legitimar poderes, conferir primazias ou privilégios, definir posses, projetar sonhos, desclassificar saberes e formas de expressão, legitimar e divulgar a interdição. Deve-se a isso, a constante crítica de Lima Barreto a Coelho Neto, pois a maneira como usava a língua na expressão literária afastava o povo, que não a entendia. Portanto, na visão barretiana, Coelho Neto legitimava a interdição, o silenciamento das camadas mais pobres da população. Sobre isso, o literato comenta em *Histrião ou literato?*:

O Senhor Coelho Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos.

Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique. [...]

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para conquistar o planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade (REVISTA CONTEMPORÂNEA, 15/02/1918. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 318-19).

Por outro lado, a língua tornava-se também objeto de luta e de poder da nação brasileira quando os intelectuais se debruçavam sobre busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e ortográficas, e, com isso, legitimando a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existia no Brasil um desejo de marcar sua diferença pela literatura e pela língua. Em *Método Confuso*, Lima Barreto critica não a língua que diferencia o brasileiro do português ou de outros povos, mas aquela que marca a distinção entre as classes sociais:

A seriação natural dos pensamentos, a lucidez e a clareza não são os limites para que tendem as obras e os escritos dos nossos homens. Se começam lúcidos e claros, acabam confusos e obscuros. Há muitos exemplos práticos e teóricos. Nos seus primeiros trabalhos, entendia o Senhor Araripe Junior; mas, depois, com a idade e o renome, ele se fez obscuro, confuso e ganhou fama de profundo, de transcendente, porque ninguém o decifrava [...]

O método confuso, porém, tem outras manifestações entre nós. Às vezes, ele se reveste de intuítos deliberadamente destinados a estontear os parvos. É então usado pelos prefeitos, políticos e criminosos sagazes; mas, seja intencionalmente, seja incons-

cientemente, um tal método é muito generalizado no nosso país. Uma das aplicações mais conhecidas, é a do estilo clássico das nossas celebridades médicas e de seus admiradores.

É confuso por “dous carrinhos: a) porque emprega vocábulos, modismos, construções, idiotismos, etc., dos séculos diferentes dos quais nem todos são considerados clássicos; b) porque, com tais arcaísmos de léxico e de sintaxe, o leitor comum não o entende. Entretanto, é considerado uma maravilha, embora a palavra, escrita ou falada, tenha por destino comunicar o pensamento (CARETA, 1921. *In* RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 448).

Em relação à linguagem popular, essa também sofria com o preconceito, pois, como mostra Serpa (2000), dizia-se que a língua com que se escreviam os monumentos artísticos da nação, com a qual se fixavam as ações e os feitos dos homens de ciência e de guerra e a história do país deveria ser estudada nos clássicos, pois representava um depuramento da língua popular, um esforço artístico realizado pelos escritores sem a direta intervenção do povo. Em *Um debate acadêmico*, pode-se observar a crítica a essa elitização da língua. Nela, o literato fala das preocupações dos acadêmicos em justificar toda e qualquer criação que surgisse pela boca do povo.

No cenotáfio acadêmico se haviam reunido vários conspícuos imortais, para tratar do termo – “manicofa” – usado pelo baixo povo do país.

O estudo tinha sido dividido, de acordo com a pergunta do acadêmico Kalendal Patação, em duas partes:

- a) a origem do vocábulo;
- b) a sua significação;
- c) autores de valor que o tivessem empregado.

A primeira parte do estudo já tinha sido iniciada, mas as opiniões divergiam.

O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofa” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas, com auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru (CARETA, 1919, *In*: RESENDE e VALENÇA, 2004, p. 59).

Como se observa nessa crítica, Lima Barreto acreditava e defendia que a linguagem literária não deveria se distanciar dos falares do povo, uma vez que “numa língua, o que fala, e que não cessa de falar num murmúrio que não se entende, mas donde lhe vem, no entanto, todo o fulgor, é o povo” (SERPA, 2000, p. 21). Portanto, era necessário ver a língua como código fundamental de expressão dessa população, pois isso contribuiria para a constituição da nação e a consequente afirmação da identidade nacional.

Em *Um domingo de discursos*, o escritor suburbano critica o fato de proliferarem os discursos de sobremesa, que faziam muito sucesso. Ao falar sobre isso, critica, mais uma vez, a fraseologia de Coelho Neto, muito preocupado com enfeites, com o estilo e não com a comunicabilidade:

[o discurso de sobremesa] Era de um caráter familiar, mas por isso mesmo degenerou em torneio de retórica, a que não devia faltar o rei dos retóricos – o Senhor Coelho Neto. Atualmente, não lhe escapa ensejo que ele não deite o verbo. Não tinha nada com a festa, mas [...] perorou em antíteses, apostos, vocativos e outras ferramentas da velha poética (A.B.C., 1919. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 71).

Na crônica *Exemplo a imitar*, observa-se que Lima Barreto ironiza a resolução dos conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte, em relação à obrigatoriedade de que as placas e tabuletas fossem escritas na língua vernácula, o que corresponde à “língua materna de uma comunidade, mantida longe do contato com qualquer outra língua estrangeira; a feição ‘pura’ do falar materno” (ELIA, 2000, p. 91). Sobre essa pureza linguística, o literato suburbano escreve:

Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até ao ponto de exigir que tais emblemas mereçam multas e outras punições.

Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura (CARETA, 1919. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 243).

Nessa mesma crônica, o literato externaliza sua opinião em relação aos gramáticos, que eram comumente alvo de sua crítica. Barreto considerava-os exemplo concreto da valorização de uma língua que não representava o Brasil.

Outra cousa: um ferrador põe na placa o seguinte letreiro: ‘Ferra-se burros’. Está certo? Está errado? Para uns está, para outros não. Como se há de resolver a multa?

O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende (idem).

A crítica ao modelo de língua lusitanizante pode também ser observada na crônica *Dois Relíquias*, na qual Lima Barreto relata que pretende doar dois de seus livros; são dois tratados de ortografia. Oferecendo-os, escreve a Brito Galvão, seu amigo. Nessa carta-crônica, explicita sua opinião a respeito dos professores conservadores que teimam em exigir o uso lusitano do português, modalidade socialmente vista como de prestígio. O literato aproveita ainda para juntar a tais professores os acadêmicos que, para ele, de maneira equivocada defendem uma língua diferente daquela que realmente representa o Brasil:

[...] A outra é de um senhor José Feliciano de Castilho Barreto de Noronha. Creio que este senhor é o irmão do famoso autor português, Visconde de Castilho, e andou por aqui há anos, armado de palmatória a corrigir nos nossos autores o que lhe parecia erro de português, segundo o seu português enviesado, assim feito pelo seu orgulho de ter nascido no reino, não admitindo nenhuma modificação na linguagem lusa transplantada para aqui e modificada pelo tempo e outros fatores, embora de onde em onde, os seus próprios patrícos deixem de lado os clássicos e pseudoclássicos e escrevem com toda a liberdade, sem semelhantes cadernos de escrita de mestres-escola da roça. [...]

Na Academia, há muita gente que tem também essa ingênua crença (A.B.C., 1920. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 134).

Ao abordar a questão da língua, os problemas da identidade brasileira também eram discutidos em Lima Barreto. Na crônica *O negócio da Bahia*, por exemplo, ao escrever sobre problemas políticos que ocorriam naquele estado, o cronista diz:

Não é preciso que se tenha o patriotismo desse nacionalismo de palavreado a presidentes; não é preciso um patriotismo agressivo e exclusivista; basta o suave e estético [...]

Nenhuma terra brasileira, como a Bahia, fala tão fundo à nossa alma, até o ponto dos próprios sertanejos, esquecidos e ignorantes da vasta geografia nacional, só a conhecerem como a maior cidade de sua língua. O resto é Oropa – Bahia e Oropa.

Como é que chegou a tal desordem essa Meca nacional, cujo prestígio não vem da riqueza, nem do luxo, mas da poesia e do sonho da alma nacional?” (A.B.C., 1920, In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 141).

Já na crônica *O que é, então?*, o autor estabelece uma relação direta entre identidade e língua nacional:

Não se pode, creio eu, dizer que uma cidade não é brasileira quando mais de dois terços de sua população o são. Convém ainda reparar que [...], os lusitanos muito pouco influem para a modificação dos costumes e da língua. (LANTERNA, 1918. In RESENDE E VALENÇA, 2004, p. 305.)

Em tudo isso pensava Lima Barreto e, portanto, manifestou-se sobre a supervalorização da língua da elite e a desvalorização da forma como o povo falava. A norma linguística por ele empregada, aliada aos temas abordados, fez com que fosse, muitas vezes, rejeitado pelos críticos que lhe atribuíam a pecha de não saber escrever, de não dominar gramaticalmente a língua. Segundo Freire (2005, p. 106),

no geral, constata-se que a maioria da crítica apresenta um ponto em comum na avaliação da obra de Lima Barreto: “imperfeições de linguagem”, “desleixo gramatical”, falta de “escrupulosa correção”. [...] os críticos da época, acostumados e moldados

pelo esmero da forma e da perfeição gramatical, não tiveram o discernimento necessário para antever – naquele modelo atípico de tratamento linguístico – os rumores de um processo de ruptura com os modelos tradicionais. [...] muito mais do que erro ou falha ou mesmo deficiência vocabular, o que se apresentava era a inovação, a ruptura e o futuro.

Seguindo o pensamento do referido autor, pode-se afirmar que, na obra barretiana, o que ocorre é a manifestação do plano do conteúdo no plano da expressão, ou seja, é a crítica ao tratamento marginalizador dado à linguagem que se manifesta na linguagem por ele empregada. Como bem relembram Fávero e Molina (2006, p. 88), “a sociedade exigia que os homens cultos falassem e escrevessem rigorosamente de acordo com a norma, sob o risco de serem ferozmente atacados”. Não é o que se observa nas crônicas de Lima Barreto do ponto de vista da escrita e muito menos do ponto de vista temático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto confronta maneiras de ser e de dizer inegavelmente diferentes do português de Portugal. O conjunto de sua obra, como se procurou mostrar com a seleção das crônicas aqui apresentadas, procede a uma enumeração de imagens profundamente brasileiras, advindas da vida cotidiana e fotografadas pelo cronista que age como um observador não colonizado e crítico em relação à colonização. Tanto seus personagens, ficcionais ou não, como seu enredo e a linguagem empregada em sua escrita estão a serviço da crítica às regras linguísticas consolidadas pela elite e ao poder que isso traz à referida parcela da sociedade. Trata-se, portanto, de uma preocupação que se fazia presente na primeira metade do século XX e que até hoje, primeiro quartel do século XXI, ainda é discutida: a identidade linguística brasileira.

Como se pode observar, pela atualidade linguística e temática de sua obra, por ser representante de uma voz pobre e negra que ainda carece de reconhecimento e representatividade, Lima Barreto é um literato brasileiro que deve ser levado para as salas de aula de todos os níveis de escolaridade e por diferentes disciplinas, bem como com diferentes propósitos. Isto é, há o destaque de quanto a riqueza na mobilização desse material é vasta, seja para se fazer, por exemplo, uma abordagem de gêneros discursivos, na perspectiva bakhtiniana, tomando-se determinados gêneros literários e suas inúmeras problematizações temáticas como objeto de reflexão (romance, contos, crônica etc.), seja para se problematizar vieses socioideológicos da cultura brasileira, seja simplesmente para dar voz a grupos inaceitavelmente marginalizados, mediante a lavra de um escritor

que perscruta, com a ironia que lhe é peculiar, imaginários de um Brasil ainda acomodado a práticas discriminatórias herdadas desde a colonização.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (1979). **Estética da Criação Verbal**. 2ed. Trad. Bras. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicologia no Português do Brasil. In NUNES, J. H. e PETTER, M. (org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humânicas, 2002.

BISINOTO, L. S. J. Identidade Linguística; o conceito em discussão. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 16. São Paulo: Pontes, 2006.

BRAIT, B. Estudos Linguísticos e estudos literários: fronteiras na teoria e na vida. In FREITAS, A. C. e CASTRO, M. F. F. G. (orgs.). **Língua e Literatura: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2003.

CURY, M. Z. F. **Um mulato no reino de Jambon** (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

ELIA, S. **A língua portuguesa no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FARACO, C. A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias. In **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 7. São Paulo: Pontes, 2002.

FÁVERO, L. L. e MOLINA, M. A. G. História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações. In: **Revista da ANPOLL**, n.º 16. Jan. a Jun., 2004. p. 131-146.

FREIRE, Z. N. **Lima Barreto: imagem e linguagem**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, E. O multilinguismo e o funcionamento das línguas. In **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. P. Identidade Linguística. In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. P. (org.). **Língua e Cidadania – O Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-18.

LINS, O. **Lima Barreto e o Espaço Romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

MARIUZZO, P. Uma língua, múltiplos falares. *In* **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br.

NASCIMENTO, J. V.; TOMAZI, M. e SODRÉ, P. (org.). Apresentação. *In*: **Língua, Literatura e Ensino**. São Paulo: Blucher, 2015.

PAGOTTO, E. G. Norma e Condescendência, Ciência e Pureza. *In* **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.º 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PIMENTEL PINTO, E. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: EDUSP, 1978.

RESENDE, B. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

RESENDE, B. e VALENÇA, R. **Lima Barreto Toda Crônica**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SCWARCZ, L. M. **Lima Barreto: Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SERPA, E. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **Revista Brasileira de História**. vol. 20. n. 39. São Paulo, 2000.

